

Considerações sobre o batismo à luz do rebatismo e da teologia anabatista

Marcos Kruse

Dedico este artigo aos caríssimos irmãos na fé, luteranos e anabatistas com os quais tive a grata alegria de conviver.
Ad menonitam magister Jacob August Wall, in memoriam

Resumo

O artigo trata dos aspectos relacionados à prática do rebatismo. Como o assunto depende da própria fundamentação em torno do batismo, é necessária uma abordagem ampla, que compreenda o próprio significado do batismo. A ótica do artigo parte das possibilidades de diálogo entre a teologia luterana e a anabatista.

Entende o autor que o anabatismo é uma prática não muito adequada. Entretanto, na consideração dos fatores envolvidos, o rebatismo não deve ser visto como um problema doutrinal que justifique anátemas. O rebatismo é, antes, um problema de ordem psicológica.

Resumen

El artículo trata de los aspectos relacionados a la práctica del rebautizo. Como el asunto depende del propio fundamento en torno del bautismo, es necesario un abordaje amplio, que comprenda el propio significado del bautismo. La óptica del artículo parte de las posibilidades de diálogo entre teología luterana y anabaptista.

Entiende el autor que el anabaptismo es una práctica no muy adecuada. Entre tanto, en la consideración de los factores envueltos, el rebautizo no debe ser visto como un problema doctrinal que justifique anatemas. El rebautizo es, antes, un problema de orden psicológico.

Abstract

The article discusses aspects related to the practice of rebaptism. Since this issue depends on the foundations of baptism itself, the author develops a broad approach, including the very meaning of baptism. He also explores the possibilities of dialog between Lutheran and Anabaptist theology.

According to the author, anabaptism is not a very adequate practice. However, when considering all the factors involved, rebaptism should not be seen as a doctrinal problem that would justify anathemas. Rebaptism is, rather, a problem of psychological nature.

Após 500 anos de controvérsias e muito tempo de deliberação pessoal, vou abordar o assunto do batismo. Estou retomando esse assunto porque houve início de uma discussão em torno do *rebatismo* e da posição anabatista¹, discussão esta que estaria sendo veiculada, inicialmente, por intermédio de um boletim comunitário da Paróquia de Juiz de Fora (MG)². De fato, escrevo este artigo por duas razões básicas. Em primeiro lugar, entendo que já é chegado o tempo de desarmar os espíritos e assumir, com humildade, maior entendimento no seio da Igreja de Cristo. Antes de qualquer coisa, é preciso aprender a dialogar e respeitar as posições divergentes, prin-

cipalmente porque a verdade como tal não se encontra presa a esta ou aquela confissão de fé. A verdade é que precisa ser encontrada e as pessoas, doutrinas e idéias precisam adaptar-se à verdade, seja ela qual for ou esteja onde estiver³. Em segundo lugar, escrevo este artigo, após anos de relutância, porque entendo que se escreveu e se continua escrevendo bobagem demasiada sobre o batismo⁴. Em parte, tal problema tem sua origem na própria instituição de formação teológica da IECLB, a Faculdade de Teologia. Nem o batismo nem a ceia do Senhor são estudados com a seriedade e profundidade necessárias no universo da confessionalidade luterana, principal-

¹ Falar nesses termos de uma “*posição anabatista*” é uma temeridade. Houve, historicamente, diversos grupos anabatistas com doutrinas muito diferentes umas das outras. Então, vamos adotar as posições de Menno Simons como representativas do anabatismo. Há certa razão para proceder assim. Os anabatistas, depois de serem perseguidos em diversos países da Europa, tanto por católicos quanto por protestantes, finalmente chegam a encontrar refúgio na Inglaterra e Holanda. Na Inglaterra, absorveram muitos ensinamentos de Calvino e, por fim, deram origem à Igreja Batista. Na Holanda, Menno Simons tratou de organizar os diversos grupos anabatistas que passaram a adotar o seu nome enquanto grupo confessional. Logo, quando falamos em anabatismo histórico, não é possível desviar dos escritos de Simons. O grande nó da questão é que Menno Simons (não os anabatistas) é tardio em relação a Lutero. Lutero nasceu em 10 de novembro de 1483 e Menno Simons no ano de 1496 (em Witmarsum, na Holanda). De fato, Simons e Lutero jamais tiveram o privilégio de se encontrarem e Lutero não chegou a conhecer profundamente os escritos de Menno Simons (o contrário não é verdadeiro).

² As informações, nesse caso, tenho-as de segunda mão. No site www.ibnet.com.br/clientes/ngiese há uma página dedicada ao assunto do rebatismo com algumas manifestações de pastores da IECLB.

³ Também aqui faz sentido a argumentação de que a verdade sempre depende do observador e, por isso mesmo, não pode ser encontrada a não ser como função das categorias *a priori* do espaço e do tempo (ou, negativamente, não existe verdade fora do tempo e do espaço; se existir, nada posso falar sobre ela). Entretanto, isso não significa cair num relativismo ou empirismo absoluto. Nem luteranos nem rebatistas partem desse princípio para fundamentar suas posições. A bem da verdade, creio que o grande problema não é saber o que seja a verdade; o problema é dar a mão à palmatória. Em geral, pessoas e instituições pretendem que a verdade sirva os interesses e o jogo de poder.

⁴ O mesmo pode ser dito em relação à santa ceia. Mas não vou tratar aqui deste outro assunto. Digo aqui “bobagem” não porque eu esteja isento de falar bobagens, mas porque já tive o privilégio de estar em ambos os lados do debate e conheci de perto os argumentos e a causa em jogo, coisa que não ocorre com a maior parte das pessoas que passam o tempo proferindo juízos sobre a posição alheia sem, de fato, compreender e respeitar o argumento levantado. Julgar e condenar é muito mais fácil do que compreender e aceitar conforme os ensinamentos de Cristo.

mente diante da realidade do cristianismo multifacetado e dividido⁵.

Para tornar mais claro o assunto, vamos abordar este artigo sob a forma de debate em que as posições e argumentos das facções vão sendo trazidos seqüencialmente a lume. A contraposição

e, onde couber, minha posição pessoal diante dos argumentos vão ser apresentadas principalmente sob a forma de notas de rodapé. Esperamos que o leitor tenha paciência para ler as notas que vão estabelecer a base dos debates que estarão sendo trazidos no corpo do texto

Convergência

Há bem menos divergência substancial na interpretação do batismo do que se imagina. O problema maior advém da prática batismal, e é no horizonte prático que se observa a falta de sintonia e coerência com a teoria⁶. Os problemas em relação ao batismo dentro da prática

do luteranismo já foram abordados por diversos autores⁷. Contudo, o que se faz preciso, antes de tudo, é acentuar que há pontos importantíssimos de convergência entre a teologia luterana e a teologia anabatista no que toca o batismo⁸.

⁵ Esses dois temas são deslocados para a teologia prática e a sistemática apenas balbucia algo a respeito. Ocorre, na verdade, que discutir batismo e santa ceia não faz parte do repertório da moda e, por isso mesmo, eles ficam à margem, na suposição de que todo o mundo sabe do que se trata. Muitos “formam-se” (“formar” é uma palavra horrível, mas usa-se na falta de outra) na instituição sabendo, sobre batismo e ceia, mal e mal aquilo que a Confissão de Augsburgo diz, o que, convenhamos, é de todo insuficiente.

⁶ Eugene L. BRAND, *Batismo* : uma perspectiva pastoral, São Leopoldo : Sinodal, 1982, 87 p. No caso desta obra, há contribuições excelentes ao lado de afirmativas extremamente duvidosas. Por exemplo, dizer que a Igreja logo substituiu o batismo de imersão pelo batismo de aspersão simplesmente não é verdade. A esse respeito, nem Joachim JEREMIAS, *Die Kindertaufe in den ersten vier Jahrhunderten*, Göttingen, 1958, 127 p., é tão categórico, apesar de se utilizar de uma enorme ingenuidade metodológica, conforme o juízo (no que está correto) de Júlio Paulo Tavares ZABATIERO, O batismo mediante o exercício da fé, in: *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*, vol. 1, p. 275-287. Bem mais sóbria, tanto do ponto de vista da teologia quanto da pastoral, é a obra de Jun Luis SEGUNDO, *Os sacramentos hoje*, São Paulo : Loyola, 1977, 157 p.. Voltaremos a Juan Luis Segundo oportunamente.

⁷ Harald MALSCHITZKY, A dimensão missionária do Batismo, *Estudos Teológicos* (doravante, ET), v. 25, n. 2, p. 153-171, 1985; G. BRAKEMEIER, Teses referentes à compreensão e à prática do batismo, in: *Enfoques bíblicos*, São Leopoldo : Sinodal, 1980, p. 49-60; Walter ALTMANN, Sacramentos : túmulo ou berço da comunidade cristã?, ET, v. 20, n. 3, p. 127-142, 1980 (este texto refere-se a uma palestra proferida na Faculdade de Teologia da IECLB em 1979. Foi, depois, incluído de forma revista no livro de ALTMANN, *Lutero e libertação*, São Paulo-São Leopoldo : Ática-Sinodal, 1994, p. 139ss.); Wilfrid BUCHWEITZ, Batismo – conversão, ET, v. 20, n. 3, p. 143-153, 1980; Martin Norberto DREHER, Palavra e sacramento, ET, v. 20, n. 3, p. 154-162, 1980; Gerd Uwe KLEWER, O sacramento – passagem para outro mundo, ET, v. 20, n. 3, p. 163-174, 1980.

⁸ Essa convergência foi importante no encontro de Lutero com Ulrico Zwinglio em 1525-1529. Os anabatistas consideram-se, em parte, herdeiros da tradição que se iniciou com Zwinglio. **A respeito do**

Em primeiro lugar, há consenso sobre o significado do termo “batismo”. O verbo “batizar” (verbo derivado do grego *bapto*, *baptizo*) significa básica e fundamentalmente “afundar, imergir”⁹. O substantivo “batismo”, que ocorre apenas na literatura cristã (termo técnico), também se aplica à imersão. Por exemplo, na Septuaginta, Rute é convidada por Boaz a molhar o seu pão no vinagre (Rute 2.14). Tal ação é a mesma que se faz hoje quando molhamos a bolacha no café. Nem de longe se pensa em *aspergir* o líquido sobre o objeto¹⁰. Mesmo no uso profano do termo, já se percebe a

idéia de *imersão*, uma vez que, por exemplo, um navio batizado é um navio naufragado, imerso na água. Batismo liga-se, por conseguinte, à idéia de morte e perecimento (por afogamento)¹¹. De qualquer maneira, é neste exato sentido que João Batista usa o termo, para indicar, não mais uma lavagem ritual dos pecados (como era comum no judaísmo da época), mas uma lavagem moral ligada ao arrependimento e mudança efetiva na condução da vida por meio da efetiva mudança de mentalidade (*metanoeite* é o que exige o Batista)¹². Essa convergência quanto ao significa-

batismo houve concordância! Houve discordância quanto à celebração da ceia do Senhor. Lutero escreveu em letras garrafais: “Das ist mein Leib” (isto é o meu corpo), querendo enfatizar o verbo “é” (e não “significa”). Discussão inútil para os fins perseguidos. Cf. Bernhard LOHSE, *A fé cristã através dos tempos*, São Leopoldo : Sinodal, 1981, p. 180-187. Diz acertadamente Lohse (p. 186): “(...) é espantoso o quanto Lutero e Zwinglio concordaram em Marburgo acerca de diversos assuntos.”

⁹ F. W. GRINGRICH, F. DANKER, *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature*, Chicago (tradução e adaptação para o inglês da 4ª edição, de 1958, da obra de W. Bauer), 1979, p. 131s.

¹⁰ Essa questão é importante porque na língua grega há termos específicos para designar a aspersão ou simples lavagem de alimentos ou coisas.

¹¹ Albrecht OEPKE, verbete *bapto* ..., in: G. KITTEL (Ed.), *Theological Dictionary of the New Testament*, Michigan, 1964, v. 1, p. 529-546; G. R. BEASLEY-MURRAY, *Batismo*, in: *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*, São Paulo : Vida Nova, v. 1, p. 259-269. Para Gottfried BRAKEMEIER, *Enfoques bíblicos*, p. 52, “considerando que a água não passa de um sinal, a pergunta, se o batismo deve ser de aspersão ou de imersão, é irrelevante.” Não é só a água sinal, todo ato do batismo é sinal (a não ser que venhamos a discutir o significado da palavra “sinal”). Como responderia Brakemeier se fosse dito: “considerando que o batismo não passa de um sinal, a pergunta, se o batismo deve ou não ser realizado fisicamente, é irrelevante” (como interpretaram os *Quakers* no caso da ceia do Senhor)? Na verdade, irrelevante é o argumento de Brakemeier para evitar o problema da imersão.

¹² Evangelho segundo São Mateus 3.2. Por isso mesmo, o batismo cristão não tem origem no próprio Jesus. Esta é uma dívida teológica do cristianismo para com o profeta João. Com acerto, Leonhardt GOPPELT, *Teologia do Novo Testamento*, São Leopoldo-Petrópolis : Sinodal-Vozes, 1983, p. 262-264; Gottfried BRAKEMEIER, op. cit., p. 50s; contra Alan RICHARDSON, *Introdução à teologia do Novo Testamento*, São Paulo : ASTE, 1966, p. 335. Na pregação apostólica que se percebe em Atos dos Apóstolos, o batismo assume os mesmos contornos da pregação batista. Os próprios evangelhos derivam a prática dos ensinamentos de João. O fato é que o próprio Jesus foi até João para ser batizado por ele, e o batismo de Jesus se torna elemento de máxima importância em seu caminho. É no batismo de Jesus que transparece a clareza de sua missão pelo fato de que, após a morte de João, Jesus assume a sucessão querigmática que se referia a João. O fato de a Igreja ter adotado o batismo apenas pode significar uma continuidade (e não ruptura) com o ensinamento de João. Essa continuidade é teologicamente aprofundada por considerar a morte de Cristo como elemento decisivo (e novo) do ato. Friedrich SCHLEIERMACHER, *The Christian Faith*, Philadelphia, 1928, p. 621.

do do termo já poderia incitar a primeira (e importante) alteração da prática baptismal luterana¹³; ao invés da simples aspersão de água, a Igreja deve adotar a prática da imersão (total) na água¹⁴.

Depois, há consenso de que o batismo não é algo mágico, que aja *ex opere operato*. Sem fé ninguém deve ser batizado¹⁵, pois o evangelho diz que “quem crer e for batizado será salvo” (Mc 16.16)¹⁶. É interessante observar neste contexto que é exatamente essa fórmula do *ex opere operato* que distingue a hermenêutica católica romana e a luterana¹⁷.

A rigor, a Igreja Católica Romana não deve aceitar o batismo praticado por luteranos porque os ministros luteranos **não estão inseridos na sucessão apostólica** e não detêm, portanto, o poder ordenatório para executar a administração do sacramento que deve ser convalidado pelo sacerdote romano¹⁸. Assim, conforme a teologia católica romana, há um requisito para a validade do ato sacramental (batismo ou qualquer outro sacramento), que é a validade da ordenação eclesiástica¹⁹.

¹³ Torno minhas as palavras de Martinho LUTERO: “Em grego, batismo chama-se *baptismos*; em latim, *mersio*. Isto significa que algo é totalmente submerso na água, que o cobre por completo. Embora em muitos lugares não mais seja costume submergir e mergulhar as crianças na água baptismal, mas apenas derramá-la com a mão sobre elas, o antigo costume deveria ser mantido. E seria apropriado que – em conformidade com o termo ‘batismo’ – a criança ou qualquer outro batizando fosse imerso por inteiro na água, batizado e então tirado da água.” Um sermão sobre o venerabilíssimo sacramento do batismo, in: *Obras selecionadas*, São Leopoldo-Porto Alegre : Sinodal-Concórdia, 1987, v. 1, p. 415.

¹⁴ E não se diga que essa é uma questão de somenos importância, pois quem é que foi eleito juiz daquilo que é ou não importante no mundo simbólico? Para dizer se esta é ou não uma coisa importante, alguém deve se colocar no lugar de juiz sobre o assunto, principalmente porque se trata de **adotar uma nova prática através da mudança de significado das palavras**. Se essa mesma liberdade exegética pudesse ser aplicada a outros textos e práticas da Igreja, melhor seria esquecer toda a dogmática e ortodoxia. Particularmente, considero importante a imersão como forma externa do batismo porque o batismo, na interpretação de São Paulo, está ligado à morte de Cristo. Ninguém morre por aspersão, mas, por afogamento, é possível e provável.

¹⁵ No mesmo sermão mencionado na nota 13, diz Lutero: “É a fé que derruba os obstáculos à obra do Batismo. Portanto, tudo depende da fé.” (p. 421.)

¹⁶ Esse texto tem sua autoridade eclesiástica, mesmo que não seja original do Evangelho de Marcos. De qualquer modo, deve ser tratado com cuidado na fixação de doutrinas decisivas.

¹⁷ Walter ALTMANN, *Lutero e libertação*, p. 155, nota 5, faz a correta observação de que a doutrina do *ex opere operato* sofreu modificações após o Concílio Vaticano II. Contudo, as modificações ocorreram no campo semântico; a doutrina antiga, tal qual professada na época tridentina, permaneceu integralmente de pé, mesmo porque **não é, racionalmente, incoerente; é exigência da lógica dos pressupostos**.

¹⁸ A Igreja Católica Romana advoga para si mesma a continuidade da sucessão apostólica, e este é um dogma que fundamenta o próprio papado. O sacerdócio é um privilégio católico e apenas o sacerdote tem o poder de administrar os sacramentos. Cf. Bernardo BARTMANN, *Teologia dogmática*, São Paulo : Paulinas, 1962, p. 5-117. Esta dogmática é ótima porque ainda não tinha sofrido os influxos “modernizantes” do Concílio Vaticano II. Não vou detalhar aqui os argumentos em torno da pessoa, doutrina ou estado de graça do ministro porque o assunto é amplo e descabe no contexto do que tratamos.

¹⁹ O batismo pode ser ministrado por um “leigo” em casos emergenciais. Mesmo assim, tal ato deve ser convalidado pelo sacerdote.

No conceito do *opus operatum*, ou seja, da eficácia objetiva do ato sacramental, está a ação divina que se utiliza do sacramento (meio da graça) para fluir. Para a Igreja de Roma, isto não significa que o sacramento seja mágico; pelo contrário, o sacramento apenas vincula moralmente a Deus para que faça cumprir a sua palavra. Por isso, os sacramentos são meios objetivos (*opus operantum*), que independem tanto da pessoa do ministro (mas dependem do ministério) quanto da pessoa que recebe o sacramento (neste caso, eficácia subjetiva, *opus operantis*).

Tudo isso é muito diferente na hermenêutica protestante como um todo (inclusive na teologia anabatista)²⁰. A administração do batismo compete à Igreja como um todo e não há incumbência sacerdotal de que alguém tenha o mo-

nopólio dessa administração. Para Lutero, o sacerdócio é universalmente atribuído aos crentes, conforme disposto na Epístola de 1 Pe 1.9²¹. Se assim é, por que, também na tradição luterana (e protestante como um todo), fica “reservada” a administração dos sacramentos nas mãos do pastor? Simplesmente por uma questão prática. Se todos estivessem sob a incumbência da administração dos sacramentos, ninguém de fato estaria²².

Há mais concordância. Fé e batismo são coisas que caminham lado a lado, são inseparáveis²³. Fé é elemento insubstituível da eficácia sacramental²⁴. A fé é necessária para o batismo, e isto em nenhum momento foi negado por Lutero ou M. Simons²⁵. Qualquer ação fora da fé significa obra humana²⁶, e “é uma enorme insensatez e ignorância da vida e fé cristã querer ser

²⁰ Gottfried BRAKEMEIER, op. cit., p. 54.

²¹ Martinho LUTERO, *À nobreza cristã de nação alemã, acerca do melhoramento do estado cristão*, in: *Pelo evangelho de Cristo*, São Leopoldo-Porto Alegre, Sinodal-Concórdia, 1984, p. 75-142. Este escrito é um dos principais de Lutero e data dos primórdios do movimento reformatório. Nele já está perfeitamente clara a idéia do sacerdócio universal dos crentes (p. 80).

²² Paul ALTHAUS, *The Theology of Martin Luther*, Philadelphia, 1966, p. 323-329. Na interpretação da teologia de Lutero, o leitor vai perceber, em certos momentos, minha clara preferência pela obra de Paul Althaus. Mesmo que alguns a considerem relativamente ultrapassada, ainda não encontrei outra obra que estivesse, em relação ao pensamento do Reformador, mais clara e bem estruturada do que a citada.

²³ Alan RICHARDSON, op. cit., p. 343.

²⁴ Portanto, dizer que, por meio do batismo, “as pessoas – crianças ou adultos – recebem o Espírito Santo e são integradas à Igreja de Cristo” (www.ieclb.org.br) não está correto. É pela fé (*sola fides*) que o Espírito Santo é derramado.

²⁵ Depois que terminei de escrever este artigo, na fase de revisão do texto, encontrei uma antiga compilação de escritos e anotações de Albérico Baeske conforme feitas pelo falecido P. Roberto J. Schmidt. O texto basicamente se reporta à posição de Lutero em torno do batismo (“ninguém deve ser batizado sem fé própria”). Diz a referida compilação: “Lutero ensina a respeito: ‘não se diz: o justo viverá do sacramento’ mas, ‘de sua fé’. Pois não é o sacramento, mas a fé nele que vivifica e justifica, uma vez que muitos têm o sacramento e não são vivificados, feitos crentes” (p. 2) Depois, à p. 3, diz: “Assim o Batismo purifica do pecado **não porque se batiza, mas porque se crê no perdão dos pecados.**” Fiquei realmente alegre de encontrar essa compilação porque nela encontrei um luterano que lê Lutero sobriamente quando trata do batismo. Resta saber se o posicionamento de Baeske de fato é aquele que transparece na referida compilação.

²⁶ Até mesmo a própria fé como propriedade da pessoa não passa de outra obra. É a fé de Cristo (genitivo subjetivo e objetivo).

justificado e salvar-se sem a fé, pelas obras²⁷. O batismo sem a fé de nada serve²⁸. Quer dizer, a graça de Deus é derramada sobre o seu povo e recebida mediante a fé. É essa fé que importa e é dela que falam o evangelho e a Igreja de Cristo²⁹. É a graça de Deus, recebida pela fé, que produz a nova vida, e o batismo está submisso e dependente da fé³⁰. Aliás,

é o batismo que faz parte da fé em Cristo (e não, em princípio, vice-versa) porque, sem fé, de nada serve o batismo. Dito de outro modo, o elemento essencial da pregação e missão da Igreja é a fé (em caráter exclusivo) em Cristo; o batismo é o elemento secundário, dependente da fé, submisso a ela³¹.

Divergência

Entretanto, este artigo está escrito principalmente porque há divergências. Vamos ilustrar melhor essas diferenças

num quadro sinótico de análise que compreende luteranos e anabatistas³². A bem da verdade, Lutero mesmo não pôde co-

²⁷ Martinho LUTERO, Tratado da liberdade cristã, in: *Obras selecionadas*, v. 2, p. 448.

²⁸ Às vezes é necessário acrescentar as próprias palavras de Lutero para que muitos luteranos creiam que tal pensamento de fato é dele. “Por isso, o primeiro que se deve observar no Batismo é a promessa divina que afirma: ‘quem crer e for batizado será salvo.’ Essa promessa deve ser incomparavelmente preferida a toda a pompa de obras, votos, ordens religiosas e tudo quanto tenha sido introduzido por seres humanos. Porque dela depende toda a nossa salvação. Mas devemos observá-la de tal modo que nela exerçamos a fé, não duvidando em absoluto que estamos salvos depois de havermos sido batizados. Pois ali onde não existe ou não se consegue essa fé, **de nada serve o Batismo. Muito antes prejudica, não só no momento em que se o recebe, mas por todo o tempo da vida.** Porque semelhante incredulidade chama de mentirosa a promessa divina. E esse é o pior de todos os pecados.” Martinho LUTERO, Do cativeiro babilônico da Igreja, in: *Obras selecionadas*, v. 2, p. 376.

²⁹ Portanto, **o batismo não é a chave de ingresso para a Igreja; o batismo é meio e não fim.** Alguém pode ser batizado sem, de fato, pertencer à Igreja de Cristo. Tal situação somente se “regulariza” pela fé (Deus não está preso *ex opere operato* ao rito batismal). Logo, afirmar “que o batismo é condição indispensável para a admissão à Congregação e participação na salvação é auto-evidente” (Rudolf BULTMANN, op. cit., p. 133) não é correto.

³⁰ Correto o esclarecimento de Friedrich SCHLEIERMACHER, op. cit., p. 633-636.

³¹ Se assim não fosse, cumpriríamos a missão de Cristo com um avião pulverizador com tanques cheios de água benta. Bastaria aspergir (se aceitarmos a validade da aspersão de água como forma de batismo) sobre toda a população. Todos, mesmo não querendo e sem fé, seriam batizados. Exagero do exemplo à parte, é necessário que se reflita teologicamente a partir da falência do projeto da cristandade. Imaginar que as crianças batizadas ficarão contentes *a posteriori* com essa decisão dos pais já não corresponde à realidade dos fatos. É uma enorme bobagem pensar que o batismo apresenta qualquer coisa fora da fé. Gottfried BRAKEMEIER, op. cit., p. 55 fala, descuidadamente, que “o batismo deve ser crido”. O batismo não deve ser crido, não é objeto de fé. **A fé se dirige somente a Deus. O batismo nada mais concede além do que a fé proporciona.** Pensar doutra maneira é idolatria (primeiro mandamento).

³² Eu poderia ter incluído nesse quadro diversos outros grupos hermenêuticos. A teologia calvinista não se exprime da mesma maneira como o fazem os luteranos ou anabatistas. Mas vamos deixar de lado esse detalhamento, que, no contexto deste artigo, não vem ao caso.

nhecer de perto o que pensavam os anabatistas, uma vez que o grupo dos anabatistas se dividia em muitos subgrupos, boa parte deles com concepções bastante radicais, principalmente se considerarmos o escopo da cristandade da época³³.

Então, o que está em jogo entre as confissões da fé de luteranos e anabatistas? Diferentemente do que se alardeia, **não é a questão do batismo de crianças que está no palco principal dos conflitos**, mesmo porque nem Lutero nem o luteranismo tinham ou têm problemas com o batismo de adultos, e frise-se que, no caso específico de Lutero, o Reformador não se utiliza de argumento que tenha por gênese o batismo de infantes³⁴. O problema atinge seu cerne basicamente na pergunta concernente aos fundamentos de validação do batismo de crianças, ou seja: sobre que base lógica e teórica é admissível batizar crianças? Exatamente esta questão não foi tratada com a profundidade exigida.

Vamos, pois, examinar a lógica da argumentação proposta por Lutero. Althaus percebeu corretamente que o

fundamento de Lutero para o batismo de crianças era extraído do contexto teológico da história:

Deus não permitiria que algo errado continuasse tanto tempo, desde o início até o presente. Certamente ele não permitiria que todos os cristãos no mundo aceitassem algo errado. Muitas heresias que surgiram depois do batismo de crianças desapareceram. Mas ele sempre e em todos os lugares preservou o batismo de crianças; tal milagre de Deus mostra que o batismo de crianças tem que estar certo.³⁵

O que se esconde por trás dessa lógica argumentativa é que, sem o batismo, não há Igreja. Logo, se o batismo estivesse errado por centenas de anos, também não haveria Igreja por centenas de anos.

Lutero, de outro lado, estava consciente (muito mais do que muitos modernos luteranos) do fato de que não há qualquer prova nas Escrituras que se refira ao batismo de crianças³⁶. Para ele, o

³³ Por exemplo, Melchior Hoffmann negara qualquer identidade entre Jesus e a natureza humana; Jesus passou por Maria como faz a água ao passar pelo cano. Para mais informações, é preciso ler, entre outros, George Huntston WILLIAMS, *La Reforma radical*, México, 1962, l.026 p.

³⁴ Há textos explícitos sobre o assunto. Todavia, o que urge destacar é que **a estrutura fundamental de argumentação de Lutero em torno do batismo prende-se aos adultos e não às crianças**, como poderia parecer à primeira vista. Por exemplo, em “Um sermão sobre o venerabilíssimo sacramento do batismo”, já citado, Lutero diz para o batizando: “em primeiro lugar, é preciso que **te entregues** ao Sacramento do Batismo e seu significado...”, e depois, “enquanto subsiste esse **teu compromisso**” (p. 418). Observe bem que, mesmo que fosse admitido o batismo de infantes, Lutero fala **com e da** pessoa adulta ou, digamos, responsável, pois é esta quem pode se entregar ou prestar compromisso. Walter ALTMANN, *Lutero e libertação*, p. 151, diz o mesmo: “(...) é forçoso reconhecer que o batismo de lactentes jamais teria sido criado por Lutero, a partir de suas premissas teológicas, se não fosse já prática corrente na Igreja”.

³⁵ Paul ALTHAUS, op. cit., p. 359.

³⁶ É realmente incrível a **ingenuidade** exegética daqueles que continuam a insistir nos mesmos textos de sempre (por exemplo, Lídia e sua casa) para sustentar o batismo de crianças. Alan RICHARDSON,

que importava em primeiro lugar não era apenas a falta de referência, mas a falta de proibição em relação ao ato sacramental. Ademais, dentro do horizonte histórico, a proibição do batismo de infantes (como queriam os anabatistas) era a “novidade” teológica. Lutero, por seu turno, fazia questão de pertencer à longa tradição da fé cristã. Tinha medo das novidades.

Contudo, essa fundamentação histórica de Lutero em torno do assunto já não é mais tão convincente (nem para os próprios luteranos). De fato, o que ocor-

re é que, na lógica dos anabatistas, a **Igreja não existe vinculada necessariamente ao batismo**³⁷. A Igreja acontece como realidade derivada da fé em Cristo; a fé é primária, o batismo é secundário e vive em dependência daquela³⁸. Pois bem, essa situação em torno da essencialidade da fé gera um problema com o qual também Lutero se defrontou³⁹. Se a fé é essencial também para o batismo, como é possível batizar uma criança?

Aqui, o pensamento de Lutero cambaleou. Inicialmente, pensou que os pais (e padrinhos) respondiam, em lugar da

op. cit., p. 352ss., apresenta uma série de ilustrações (por exemplo, o batismo seria um selo, uma marca divina) para demonstrar a viabilidade do batismo de crianças dentro do Novo Testamento. A maior dificuldade é que todo um conjunto de argumentos se constrói a partir de fatos implícitos. É preciso atentar, antes de qualquer coisa, para os limites da liberdade exegética se ainda se quiser falar em verdade e respeito ao texto das Escrituras. Os textos que se usam no contexto do batismo de crianças apenas estabelecem uma remota possibilidade; pode, talvez, ser assim. Não se pode construir e estruturar uma doutrina com base em remotas possibilidades.

³⁷ Observe o que diz um livreto sobre as Igrejas Evangélicas Livres (de origem pietista com forte influxo da tradição anabatista): “Como evangélicos, estamos em perigo de cair num legalismo. É sinal que estamos debaixo da lei e não da graça, quando fazemos depender a admissão de uma pessoa crente como membro da Igreja, de um determinado grau de conhecimento de verdades espirituais. **Desistimos, por esta razão, de fazer do batismo, por exemplo, a porta para a igreja. Jesus somente é a porta.** Certo é que o batismo é um encontro abençoado do crente com Jesus e um testemunho público de pertencer a Ele. **Mas não é o batismo que faz o cristão, ele é somente um passo significativo no caminho da fé.**” (Grifo meu).

³⁸ Karl BARTH, *Kirchliche Dogmatik*, posicionou-se contra o batismo de crianças. Contudo, sua interpretação era que as pessoas não mudavam a prática batismal porque não estavam preparadas para se desligar do projeto de cristandade. Neste contexto, entende Paul ALTHAUS que isso não seria cabível, pelo menos para o pensamento de Lutero, uma vez que, para o Reformador, o batismo de crianças se inseria no contexto da tradição da Igreja e no ensinamento das Escrituras (cf. op. cit., p. 363, nota 37). Particularmente, não entendo que Althaus esteja plenamente correto em seu ponto de vista. Mesmo que Lutero julgasse estar atuando com base na tradição histórica da Igreja e nas Escrituras, acho que é extremamente improvável que ele não soubesse o que significava a mudança na prática do batismo de infantes. Essa mesma ciência (que tem de ser regularmente admitida porque por ela foram perseguidos os anabatistas – até mesmo por luteranos – em nome da verdadeira fé) impedia Lutero de assumir uma posição mais firme em relação ao batismo de adultos. A grande questão é que Lutero não podia, em bom senso, posicionar-se contra o batismo de adultos. Sua posição era contra a invalidação do batismo infantil. O que ocorria, de fato, no caso anabatista, era a negativa do projeto global de cristandade e, neste ponto, Barth está correto.

³⁹ Adolf SCHLATTER, *Das christliche Dogma*, Stuttgart, 1911, p. 456-468.

criança, pela fé requerida liturgicamente⁴⁰. Posteriormente, sobretudo a partir de 1522, Lutero chegou à convicção de que cada cristão é salvo, não por qualquer tipo de fé alheia, mas por sua própria fé (*fides personae*) que lhe é dada por Deus em sua infinita graça⁴¹. Como conseqüência desse posicionamento, Lutero passou a ensinar que as crianças tinham fé, mesmo que ele próprio não se preocupasse, em absoluto, em fornecer qualquer prova a respeito desse assunto⁴². Entretanto, tal ensinamento não fundamentava a prática do batismo de crianças porque, como já mencionado, para Lutero, a Escritura não proibia tal ato e ele entendia que o batismo de crianças estava de acordo com a vontade de Deus⁴³. De qualquer modo, a posição que

é sustentada por Lutero é que a fé salvífica está presente nas crianças e, por isso mesmo, podem ser batizadas (porque ninguém pode ser batizado sem fé).

Aqui é que começa a real polêmica com os anabatistas. Diante dessa posição de Lutero, Menno Simons argumentou que o ensino do batismo estava vinculado à ordem de Cristo conforme Mateus 28. A comissão de Cristo aos seus discípulos era que fizessem (novos) discípulos das nações pela pregação do evangelho. Nesse disciplulado estava incluso o batismo. Assim, nenhum outro batismo deveria ser ensinado ou praticado. Ora, como crianças (pequenas) não têm a necessária compreensão nem podem ser ensinadas, não há como serem batizadas sem perversão do comando de

⁴⁰ Por exemplo, “os pequenos são socorridos através da fé alheia, dos que os trazem para o Batismo”, Martinho LUTERO, *Obras selecionadas*, v. 2, ap. Walter ALTMANN, *Lutero e libertação*, p. 157, nota 45. Esse aspecto é importante e precisamos voltar a ele depois. Vamos adiantar a pergunta deste contexto: por que a resposta litúrgica é necessária no batismo? É mesmo necessária? Essa resposta é pré-requisito de algo (do batismo ou do ingresso na Igreja)?

⁴¹ Walther von LOEWENICH, *A teologia da cruz de Lutero*, São Leopoldo: Sinodal, 1988, p. 44-110. Essa modificação no pensamento de Lutero não é abordada por Walter ALTMANN, *Lutero e libertação*, p. 150. Penso que essa última posição de Lutero é mais importante do que a primeira. É preciso atentar muito para esse conceito de fé própria, como já foi muito bem salientado por Egbert OSSEWAARDE, *É possível uma fé pós-moderna?*, ET, v. 33, n. 1, p. 97-116, 1993. Essa fé é fé pessoal porque uma fé impessoal também nada diz, mas nunca algo que se tenha conquistado. É fé de Cristo que se dá a si mesmo e graças a Deus é possível falar desse presente.

⁴² “Assim, numa palavra, está decidido: O batismo não ajuda a ninguém, e não deve ser administrado a ninguém, a não ser que ele mesmo creia, e ninguém deve ser batizado sem a própria fé. Também não adianta a desculpa dizendo que se batizam as crianças com base na sua futura fé, quando vêm a ter juízo. Pois a fé deve estar presente antes ou no batismo, caso contrário a criança não fica livre de demônios e pecados.” (ap. Gottfried BRAKEMEIER, op. cit., p. 60).

⁴³ Esse assunto é interessante porque, num sermão sobre Mateus capítulo 8 e seguintes, Lutero rejeitou a idéia de que as crianças eram batizadas com base na fé da Igreja. De outro lado, também rejeitou a posição dos valdenses que entendiam ser as crianças batizadas em vista de uma fé que no futuro haveria de acontecer (veja nota 42). Lutero argüiu que o reino dos céus pertencia às crianças e ninguém poderia negar que as crianças tinham fé. Contudo, essa rejeição da interpretação dos valdenses por parte de Lutero acabou sendo abandonada pela ortodoxia luterana posterior, que raciocina em termos de *graça preveniente*, ou seja, o batismo é, de um lado, *actio Dei* e, de outro, reação humana. Assim argumenta, entre outros, Gustaf AULÉN, *A fé cristã*, São Paulo: ASTE, 1965, p. 323-329. Na verdade, Aulén lê o instituto do batismo a partir da teologia (luterana), o que caracteriza a inversão da

Cristo⁴⁴. É perfeitamente claro e óbvio que as crianças somente podem ser ensinadas *a posteriori*. Então, de fato, não há como coligar, simultaneamente, o comando de ensino com o batismo no caso de crianças pequenas. Entretanto, no horizonte do pensamento de Lutero, há uma diferença entre a fé verdadeira e a razão⁴⁵ (que fornece a compreensão e a capacidade de aprendizagem). Desta maneira, esse argumento de Menno Simons ainda não pode ser contraposto à posição de Lutero. Isto ocorre em outro momento.

Simons mesmo se coloca diante da questão proposta por Lutero e a fé das crianças nestes termos:

Eu sei que há muitas pessoas importantes que me perguntam por que eu, um homem não-letrado⁴⁶, não estou satisfeito em concordar, neste assun-

to, com a doutrina de Martinho Lutero e outros respeitáveis doutores, que são versados nas Escrituras e muitas línguas e ciências, que ensinam, e particularmente Lutero, que a fé jaz dormente num crente adormecido.

Diante dessa indagação, Menno Simons dá sua resposta nestes termos:

Em primeiro lugar, se houver tal adormecida fé em pequenas crianças (coisa que é, contudo, uma invenção), então não é apropriado batizar tais crianças enquanto elas não confessarem esse fruto com suas próprias bocas e mostrarem essa fé em suas ações. Pois os santos apóstolos não batizaram quaisquer crentes enquanto estes dormiam, tal qual demonstramos em escritos anteriores.⁴⁷

exegese. Não é o batismo de crianças que deve adquirir sentido imediato em função da doutrina da graça preveniente, mas, ao contrário, **a doutrina da graça preveniente tem que se confrontar e ser testada com a prática do batismo de adultos da Igreja cristã primitiva**. Levando o argumento *ad absurdum*, diríamos que a graça preveniente de Deus levou Saulo (São Paulo) à circuncisão no 8º dia conforme a lei judaica e a graça preveniente levou o mesmo Saulo a perseguir os cristãos para, então, chegar à verdade da fé cristã. Se a graça de Deus for preveniente, nada de fato é graça de Deus. Quem pode falar da graça preveniente é a linguagem da fé. Logo, **a graça de Deus é sempre vista de costas, a posteriori. Somente sobre os fundamentos da posveniência é que se pode falar em preveniência**.

⁴⁴ Menno SIMONS, Foundation of Christian Doctrine, in: *The Complete Writings of Menno Simons*, Scottdale, p. 120. Este tipo de argumento pode não ter muita importância em nosso tempo. Na época de Lutero e Menno, tais argumentos extraídos da leitura dos evangelhos eram importantes.

⁴⁵ Paul ALTHAUS, op. cit., p. 43-71; Walther von LOEWENICH, op. cit., p. 62-74. Gottfried BRAKEMEIER, op. cit., p. 56, repete modernamente o mesmo argumento e, num segundo momento, chega a comparar a inevitabilidade do nascimento com o batismo. É verdade que ninguém pediu para nascer. Mas o que isso tem a ver com ser batizado? Que tal, somente para aumentar o amor de Deus, distribuir a eucaristia para as crianças? Já se poderia aproveitar um mesmo ato: batiza primeiro, toca pão e vinho em seguida. O argumento assim é o tipo da bobagem que mencionei no início do artigo.

⁴⁶ Esse “não-letrado” não corresponde aos fatos. Menno mesmo não queria se comparar aos doutores entre os quais Lutero estava. Como era razoavelmente comum para a época, Menno era fluente em latim e grego e, antes de se tornar líder dos anabatistas, fora padre.

⁴⁷ Menno SIMONS, Christian Baptism, in: op. cit., p. 242.

O elemento novo que aparece na resposta de Menno Simons é que não importa se há ou não a fé nas crianças, mas **se tais crianças podem confessar, por suas próprias bocas, a fé que lhes é dada pela graça de Deus.** Então, já não se fala da fé propriamente dita, mas da profissão de fé, e a acusação reiterada de alguns luteranos de que a fé não pode ser medida e, portanto, não pode servir

de critério para o batismo, cai no vazio. A teologia anabatista não afirma que a fé seja condição para o batismo⁴⁸. A fé, de fato, não pode ser medida, mas a profissão de fé, a declaração de crença ou descrença pode, e, para a teologia anabatista, essa declaração de crença é elemento essencial, é pré-requisito necessário para a admissão ao batismo.

Pedobatismo

Pois bem, já podemos formular um resumo dos resultados até aqui considerados para que possamos ir adiante, ao ponto específico deste artigo, que é o rebatismo, ou seja, um novo, um segundo batismo. O que está em jogo por trás desse conceito? Há outras coisas além de apenas mais um batismo. Luteranos e anabatistas divergem quanto ao significado do batismo de infantes.

Para os primeiros, o batismo de crianças é ato de Deus porque a obra salvífica é obra divina, não se produz por ação humana (justificação por graça e fé somente). Se a obra salvífica é de Deus,

independe, a princípio, da resposta humana. Não há, no luteranismo, *cooperatio hominis cum Deo* no que tange à salvação, mesmo que tal doutrina tenha sido afirmada pelo catolicismo romano⁴⁹. O batismo, pois, faz parte da ação salvífica de Deus em favor do ser humano. É realmente Deus quem redime o ser pecador para a nova vida e tal poder somente está nas mãos divinas. Em resumo, a salvação, da qual faz parte o batismo, está fora das capacidades humanas de resolução. O batismo é um mistério⁵⁰ (*sacramentum Christi*) e não um problema para ser resolvido.

⁴⁸ Gottfried BRAKEMEIER, op. cit., p. 54s., se refere a essa interpretação sem mencionar, especificamente, os anabatistas. Pode ocorrer, evidentemente, que alguns anabatistas afirmem que a fé é requisito do batismo. Essa fala provém do desconhecimento da teologia anabatista e o mesmo também ocorre com muitas falas de luteranos, as quais provém do desconhecimento da teologia.

⁴⁹ Kurt Dietrich SCHMIDT, *A presença de Deus na história*, São Leopoldo: Sinodal, 1982, p. 63-76.

⁵⁰ Em grego, mistério; em latim, *sacramentum*. O termo "sacramento" desvela os modos, a mediatização instrumental pelos quais Deus intervém salvificamente no mundo. Como essas maneiras são muitas e variadas, há muitos sacramentos; não sete apenas, como quer a Igreja de Roma, não dois, como quer a Igreja Luterana nem, tampouco, nenhum, como querem os anabatistas. I. utero alterou o conceito de *sacramentum* da Igreja Católica Romana e fez com que batismo e santa ceia estivessem adaptados ao seu próprio conceito para o termo (palavra + elemento visível).

De outro lado, para os anabatistas, o *sacramentum Christi* é a própria fé. A salvação é graça de Deus, mediada, intermediada pela fé. É na fé, por meio dela, que se recebe o dom gratuito de Deus. Logo, o batismo não realiza a obra salvífica. O batismo é uma declaração (do crente) *a posteriori* de algo já ocorrido no passado por conta da fé dada por Deus (*declaratio fidei*). De qualquer modo, a salvação não ocorre de forma mediada pelo batismo; a mediação salvífica ocorre na fé (*sola fides*). Por isso, a acusação de que a interpretação anabatista ressalta a *cooperatio hominis cum Deo* é totalmente falsa. **O batismo praticado no anabatismo nada faz além daquilo que já está feito e concedido mediante a fé**, conforme ressalta inequivocamente a profissão de fé do crente⁵¹. A rigor, e em consequência, o batismo se reduz a uma ordenança, no fundo, perfeitamente dispensável⁵², como se vê no mencionado caso das Igrejas Evangélicas Livres⁵³.

Para a teologia anabatista **não há rebatismo em sua prática porque o primeiro batismo (batismo de crianças) não tem valor, não tem lastro na fé salvífica**. Este batismo é feito sem que haja profissão de fé própria, a qual convalida, dá efetividade ao ato (perceba bem que disse “profissão de fé própria” e não “fé própria”). No fundo, sem fé, não há valor no batismo, como o próprio Lutero também reconheceu.

Na ótica do luteranismo, **a prática anabatista é rebatismo porque o primeiro batismo (batismo de crianças) é feito sob a invocação do nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo**⁵⁴. Ora, o que está em jogo na lógica luterana é a rejeição dessa invocação do nome de Deus nos atos que se praticam em seu nome. De fato, caso essa rejeição pudesse variar de acordo com as relatividades humanas, a própria teologia estaria condenada a um infinito anátema sobre si mesma e estaria configurado um enorme espaço de incerteza teológica.

⁵¹ E essa profissão de fé era (e ainda é) essencial na teologia cristã. Há certa possibilidade de se discutir a vinculação dos textos de confissão pública e a prática batismal, como percebe Alan RICHARDSON, op. cit., p. 333ss. A meu ver, uma discussão estéril, pois o resultado não afeta o argumento principal.

⁵² Menno Simons não gostaria desse linguajar. Para ele, o batismo é uma ordenança de Cristo e que, por isso mesmo, não pode ser descurada. Por que nós (os anabatistas) praticamos o batismo dos crentes? Diz ele: “Primeiramente, por causa do mandamento divino de nosso amado Senhor Jesus Cristo, um mandamento que nunca pode ser desobedecido. Segundo, por causa dos ensinamentos dos santos apóstolos. Terceiro, por causa da prática destes mesmos apóstolos.” Menno SIMONS, *Christian Baptism*, in: op. cit., p. 237. Mesmo assim, o leitor há de perceber que não há uma boa razão para a prática do batismo fora do comando inquestionável de Jesus. A Igreja faz porque Jesus manda e pronto, acabou. Talvez este tipo de argumento pudesse fazer sentido na época em que Lutero e Menno Simons viveram. Para mim, não mais. O mandamento tem que ter amparo nas razões que servem ao convencimento. É preciso encontrar respostas melhores para o agir desta ou daquela maneira, sem que isso signifique uma necessária explicação racional para o que ocorre no batismo.

⁵³ Cf. nota de rodapé 37 acima. Então, o batismo não é, de fato, porta de ingresso para a Igreja.

⁵⁴ Mantenho aqui a notação trinitária que aparece no Evangelho segundo São Mateus. Há textos e confissões de fé que falam e admitem o batismo em nome de Jesus. Como este artigo não está tratando da questão trinitária (mais complexa do que aparenta), vamos deixar esse assunto de lado neste momento.

Voltamos agora ao início de nossa reflexão, ao dizermos que o “x” da questão é o problema concernente aos fundamentos de validação do batismo de crianças, ou seja, sobre que base lógica e teórica é admissível batizar crianças?

Acaso o correto e santo batismo é ministrado sobre o fundamento da invocação trinitária ou é dependente e se fundamenta na profissão de fé do batizando? Qual desses fundamentos é o determinante para a prática do batismo?

Fundamento

No caso da interpretação luterana do batismo, há uma enorme confusão. **A invocação trinitária faz parte da correta forma do rito e não se confunde com pré-requisito para sua administração.** De outro lado, para os anabatistas, **a correta forma do rito inclui a profissão de fé própria, de modo que sem esta o batismo não é corretamente ministrado.** Disto já se pode concluir seguramente que **ambos os requisitos são necessários para a correta administração do batismo, pois esses requisitos fazem parte da forma do rito** e ambas as confissões, na verdade, preocupam-se com aspectos meramente exteriores. Sem fé (e conseqüente profissão de fé) não importa a invocação trinitária porque Deus não está preso às formas litúrgicas (*ex opere operato*), como o próprio Lutero e a teologia luterana ensinam. Não se estabelece qualquer compromisso moral necessário entre a invocação do nome de Deus e os atos humanos praticados. Deus é livre para agir quando e onde bem entender⁵⁵. A invo-

cação do seu nome sempre deve se basear na confiança na sua misericórdia e graça. De outra banda, a profissão de fé sem a invocação da divindade desvalida o próprio ato batismal, pelo menos no horizonte da fé cristã, porque o batismo estaria condenado a ser um ato movido pelas próprias forças do batizando⁵⁶.

É um erro crasso pretender que as formas exteriores (invocação trinitária ou profissão de fé) do ato possam ser fundamentos do próprio ato em si. As formas exteriores perfazem apenas os elementos de validação do rito. O que é certo, entretanto, é que ambos os elementos externos (invocação trinitária e profissão de fé) são necessários para configurar a correta administração do batismo e não estabelecem os fundamentos do ato. Faltando um desses elementos de ordem externa, deixa o batismo de ser corretamente administrado.

A questão do tempo (*kairos*) em que tais formas exteriores devem se manifestar é um outro assunto e apenas aparentemente tem conexão direta com o ato do

⁵⁵ Por exemplo, o relato da conversão de Saulo nos Atos dos Apóstolos ilustra bem a liberdade de Deus em chamar a quem estava longe.

⁵⁶ E aqui precisamos salientar que, em geral, o anabatismo realiza o ato do batismo de forma regular, ou seja, com invocação da Santíssima Trindade. Os anabatistas não batizam em nome próprio.

batismo em si⁵⁷. Absolutamente certo, e isto tem de ser enfatizado com todas as letras, é que a profissão de fé própria (os pais não podem responder pela fé da criança) tem de acontecer, mesmo no caso do batismo de crianças. Este batismo não traz salvação independentemente e fora da fé que se professa em Cristo. Essa necessidade foi bem percebida pelo movimento pietista que acabou “inventando” o ritual da confirmação para buscar reunir novamente os aspectos exteriores necessários do batismo. Por conseguinte, a cerimônia de confirmação do luteranismo⁵⁸ é totalmente desnecessária se a fé **for professada claramente perante a**

Igreja e o mundo⁵⁹. Quer dizer, alguém que encontrou, pela graça de Deus, a verdadeira fé em Cristo pode ter sido batizado quando criança, porque **não é este elemento isolado (batismo de crianças) que condensa o que o batismo significa porque este é elemento externo ao ato**. De igual modo, a profissão pública da fé, ritual e liturgicamente determinada, é desnecessária se esta ocorre verdadeiramente no contexto da comunidade cristã e do mundo, porque **também este elemento isolado (profissão de fé) não estabelece a validade do batismo, é elemento externo**⁶⁰.

⁵⁷ Corretamente ponderado por Paul TILLICH, *Teologia sistemática*, São Leopoldo-São Paulo : Sino-dal-Paulinas, 1987, p. 550s., e, com mais propriedade ainda, em Friedrich SCHLEIERMACHER, op. cit., p. 621. De fato, argumenta Schleiermacher que o defeito do batismo de crianças não pode levar à simples invalidação do ato, mesmo porque o ato **sempre** vai ser defeituoso (incerto no que se refere ao batizando). Apesar disso, Schleiermacher também se prende à idéia de que o anabatismo defende a fé como elemento necessário ao batismo (p. 635ss.).

⁵⁸ Todo o ritual da confirmação é, antes de tudo, a chancela da incompetência paterna em orientar e encaminhar seus filhos no caminho da fé. Acertadamente diz Paul TILLICH, op. cit., p. 551: “A fé pessoal real não pode ser determinada em nenhuma idade da vida da pessoa, e é uma tentação de desonestidade quando, por exemplo, o ato quase sacramental da ‘confirmação’, aos catorze anos, é considerado uma questão de livre decisão para a Comunidade Espiritual. As reações de muitas crianças já quase imediatamente após sua declaração solene e emocionalmente exagerada de compromisso cristão, mostram o caráter psicologicamente insano e teologicamente injustificável deste ato.”

⁵⁹ Evidentemente, se a fé não é professada claramente, não é o batismo e a confirmação que são suficientes. É preciso pregar o evangelho conforme o comando de Cristo, pois o objetivo do evangelho **não se realiza no batismo ou na cerimônia da confirmação, mas no discipulado de Cristo**. Não é possível ler o Novo Testamento sem compreender que a pregação de Jesus não foi uma nova institucionalização de ritos em lugar dos ritos do judaísmo. O reino de Deus não se reduz ao cumprimento do ritual eclesiástico. A fé cristã não pode (não quer) ser entendida como substituição de alguns ritos por outros. Cf., entre muitos outros, T. W. MANSON, *O ensino de Jesus*, São Paulo : ASTE, 1951, 378 p. Gerd Uwe KLIEWER, op. cit., p. 172, cedeu à tentação metonímica de contidamente pelo conteúdo ao dizer: “Com razão afirma o Sr. Emilio Tehbald: ‘Um pastor que pratica o batismo e confirmação e depois organiza uma evangelização para converter os seus membros, encontra-se seriamente ameaçado em sua coerência.’” Sem querer defender qualquer campanha de evangelização nos moldes em que se faz na IEC.L.B, preciso dizer que nem o Sr. Tehbald nem Kliewer têm razão. Fazer discípulos não significa uma substituição pelo batismo e confirmação. O conteúdo é o discipulado, do qual batismo (e confirmação) são continentes. Trocar um pelo outro equivale a jogar a água do banho junto com a criança.

⁶⁰ Não basta professar fé: é preciso professar fé no contexto existencial do batismo. A fé professada é aquela que recebe o que o batismo (enquanto batismo de Cristo), sob a forma de sinal, promete. A

Então, quando perguntamos pelo fundamento, fazemos a pergunta pelo critério ou critérios que determinam ou possibilitam a administração do sacramento. Dito de forma negativa, sobre que base é possível negar a administração do santo batismo? Se souber responder esta pergunta, já estarei delimitando o fundamento ou fundamentos sobre os quais repousa a administração do sacramento.

É possível negar a administração do batismo a alguém? Não é fácil encontrar a resposta a esta pergunta no Novo Testamento porque os relatos contam a história sob a ótica da Igreja, logo, sob a ótica dos batizados. Todavia, há o importante relato da pregação de João Batista. Para aqueles que vinham até ele para serem batizados⁶¹ dizia: “Raça de víboras! Quem vos induziu a fugir da ira vindoura?” Presumivelmente, tais víboras não foram batizadas por João, principalmente porque não havia coerência (na ótica do Batista) entre a fé dos judeus e a maneira como a vida cotidiana era vivida. João pode ter negado o **seu** batismo àqueles que não vinham com

sinceridade ou, de fato, não estavam dispostos a evidenciar os frutos que ele considerava dignos do arrependimento (Mt 3.8). Esse é o caso de João, mas e o caso da Igreja?

Disse antes que o caso da Igreja não é tão simples porque o Novo Testamento reflete a história de um grupo religioso que está se formando. A história é contada a partir da ótica dessa formação. Então, não se faz a pergunta pelos critérios da negativa ao batismo. Os próprios evangelhos não cuidam de especificar melhor esse problema, mesmo porque a missão da Igreja é fazer discípulos e nesse disciplinado são convidadas as nações a aceitar o batismo em nome do Deus trino (Mt 28.18-20). Os discípulos querem, pois, fazer discípulos e batizar conforme a ordem de Cristo. Não estão preocupados em negar o batismo a quem quer que seja. Se alguma possibilidade de negativa do batismo houver, esta somente pode estar ligada à própria negativa daqueles que não querem assumir o disciplinado de Cristo⁶².

profissão de fé, fora do batismo, é outra coisa e esta precisa ser constante e diariamente renovada. Entretanto, a fé que se refere ao batismo é de caráter totalmente diferente; reporta-se ao ato divino que se torna presente na consciência do crente.

⁶¹ Há diferenças entre o Evangelho de Mateus e o de Lucas. Em Mateus, são os saduceus e fariseus que são criticados pelo Batista (Mt 3.7). Em Lucas (Lc 3.7), o juízo é genericamente lançado às multidões que vinham até ele. Mateus segue de perto o Evangelho de Marcos na crítica aos líderes judaicos. Lucas, talvez pelas características gentílicas dos destinatários da carta, preferiu generalizar a crítica do Batista para que esta também fizesse sentido para seus leitores. A pregação de João não significaria uma mera crítica ao judaísmo; é mais ampla, e de todos os povos (multidões) se esperam frutos dignos do arrependimento.

⁶² Os documentos da IECLB mencionam a falta de compromisso em torno do batismo. Gottfried BRAKEMEIER, *op. cit.*, p. 59, menciona a possibilidade de negativa do batismo quando “falta a disposição de assumir o compromisso e a responsabilidade que o batismo implica.” Mais bobagem no ventilador. Como é que a criança pode assumir compromisso e responsabilidade que o batismo implica? Ah! Não é a criança, são os pais e padrinhos. Então, a criança não vai receber o batismo porque seus pais não têm disposição de assumir compromisso e responsabilidade? E como é que o pastor vai saber isso? Somente pode saber *a posteriori*, depois de batizar, pode verificar que os pais

De qualquer modo, o discípulo é aquele que requer o batismo, e a todo que requer este ato a Igreja não pode negar o batismo. É o próprio evangelho, a própria palavra de Cristo quem chama ao batismo, e é esta palavra que deve quebrar a resistência contra o batismo. É o chamado de Cristo que deve ser ouvido. O batismo sempre é, por consequência, **parte (não todo) da resposta humana à palavra de Deus**. Se alguém requer o batismo, o faz porque ouviu a

palavra de Deus, e não tem a Igreja poder de recusar o batismo a qualquer um que tenha ouvido a voz do evangelho. A pergunta é: “Que impede que eu seja batizado?” (At.8.37)⁶³. **A resposta é: nada, nada, nada!!! Fazer a pergunta pelo batismo é o único fundamento do batismo porque tornar-se como criança, fazer a pergunta – a resposta vem de Deus – é a questão central suscitada pelo evangelho.**

Rebatismo

Voltemos, porém, à pergunta fundamental: pode alguém se decidir por um novo batismo, de modo a rejeitar o primeiro, a praticar o rebatismo?

Pelo que já vimos, certamente é muito difícil aceitar um novo batismo numa mesma congregação confessional. Luteranos que foram batizados quando crianças não podem decidir-se pelo batismo de adultos na mesma Igreja. A razão para tanto é óbvia. O segundo batismo invalidaria o primeiro sobre os próprios e mesmos fundamentos; qualquer Igreja não pode rejeitar a si mesma sem morder o próprio rabo. E, se o rebatismo for advogado numa outra Igreja, pode? O problema é que **há uma só Igreja de Cristo; não há muitas igrejas de**

acordo com o gosto do freguês. A Igreja, a comunidade dos irmãos e irmãs na fé, precisa aprender a conviver consigo mesma. Este é o mandamento de Cristo que não pode ser ignorado, nem por Lutero, nem por Menno Simons, nem pelos luteranos ou anabatistas modernos. Então, a rigor, também não pode ser rebatizado, mesmo que seja numa outra congregação.

Mas vamos aprofundar o caso e admitir que haja alguém que esteja requerendo o batismo de adultos numa Igreja que tenha tal tradição, mas que tenha sido batizada, quando pequena, na Igreja Luterana. Estaria correta a administração de um novo batismo neste caso? Sinceramente, penso que não, parcialmente

não estão nem aí para o batismo de sua criança. De qualquer modo, já batizou. Então, para evitar essa questão, vão se colocando um monte de regras pré-batismais (por exemplo, cursos). Assim, garantir-se-ia um batismo compromissado e responsável. Remendos e mais remendos em barco furado. Contra Walter ALTMANN, *Lutero e libertação*, p. 158, nota 51.

⁶³ A tradição dos textos ocidentais (secundários na exegese crítica desse texto) acrescentou: “Disse-lhe Felipe: Se creres de todo teu coração, é possível (*exestín*). E ele respondeu: Creio que o Filho de Deus é Jesus Cristo”. Este acréscimo é claramente vinculado à liturgia do batismo.

pelos próprios fundamentos teológicos do anabatismo. Ocorre que **o decisivo é a vida nova que é dada por graça e recepcionada pela fé em Cristo**. Este, e não outro, é o elemento central da pregação de Lutero e também de Menno Simons. Então, mesmo que a interpretação anabatista em torno de um novo batismo estivesse totalmente correta, tal ação não poderia ser tomada uma vez que o corpo de Cristo estaria sendo dividido pela falta de amor e pela falta de aceitação do posicionamento divergente. A verdade deve ser buscada, mas sobre esta tem primazia o amor (muitos e importantes textos em 1 Co).

Em todo caso, a solicitação de um novo batismo aponta muito mais para uma necessidade psicológica da pessoa do que, de fato, uma real necessidade teológica. Mesmo que a ação de Deus esteja vinculada ao ato do batismo (como pensam luteranos) ou não esteja (anabatistas), não se encontra fundamento teológico suficiente que possa justificar um novo ato batismal sob a alegação de que um outro batismo qualquer não tenha valor⁶⁴.

Entretanto, mesmo que não tenhamos encontrado motivos teológicos suficientemente fortes para legitimar o rebatismo, certamente que permanecem os motivos psicológicos. Vamos admitir que

determinada pessoa, batizada enquanto criança, tenha levado uma vida totalmente pecaminosa. Tenha matado, por motivos fúteis, seu próprio irmão e agora se encontra presa, carregando o fardo do próprio pecado. Está sinceramente arrependida de seus atos e encontra-se, ainda na prisão, com o evangelho da graça de Deus pela bem-aventurada pregação de um cristão que faz visitas regulares aos encarcerados. Para esse preso converso, há uma nítida distinção entre a vida anterior à descoberta do evangelho e a posterior. Ele deseja abandonar a velha vida e pede que Deus realize nele a boa obra. Pergunta, então, se pode ser batizado porque finalmente compreende o poder de Deus revelado no evangelho.

O batismo é pedido mediante o agora da compreensão (*kairos*). A negativa do ato (dentro da teologia luterana) teria que ser balizada por um esquema psicológico substitutivo, dentro do qual o preso precisaria ser convencido de que Deus já o estava chamando, desde pequeno, a que ele seguisse o caminho que Deus lhe tinha reservado. O preso, de qualquer modo, abandonou esse caminho. Creio mesmo que é possível realizar esse passo de substituição psicológica e efetivar o convencimento de que o batismo já não é presentemente necessário porque já foi

⁶⁴ Se a ação de Deus estiver ligada ao batismo, não se vê por que tenha que haver um novo batismo. Se não estiver ligada, também não se entende por que deva haver um novo ritual de batismo (conforme já mencionei antes, penso que a mera obediência a um mandamento de Cristo não me parece ser razão suficiente para justificar a manutenção do ritual batismal). Aliás, igrejas que se vincularam à tradição anabatista experimentaram, ao longo da história, uma tendência a abolir ou diminuir a necessidade do batismo dentro do esquema total da fé cristã. Logo, não há razão teológica para realizar tal ato sob a alegação de que o primeiro não teria sido válido. Esse problema de rebatismo também poderia ser colocado diante dos próprios anabatistas. Que se haveria de fazer no caso de um adolescente anabatista que professa sua fé (sob pressão psicológica momentânea) e requer o batismo e, posteriormente, chega à verdadeira fé e requer novo batismo? Neste caso, haverá, corretamente, um desestímulo a esse novo batismo.

realizado no passado. Mesmo assim, **permanece a necessidade teológica da profissão de fé a convalidar e tornar externa e “ritualmente” correto o batismo ministrado no passado.** É exatamente neste ponto que a *práxis* litúrgica luterana tem sido extremamente relapsa, de modo que os novos crentes praticamente ficam abandonados, sem espaço na comunidade de fé⁶⁵. Então, **a Igreja Luterana tem de oferecer espaço litúrgico para a ocorrência da profissão de fé.** Isto falta e fornece embasamento e espaço para aqueles que entendem ser necessário um novo batismo, psicologicamente mais adequado à situação dos crentes adultos.

Bem, e se tal convencimento não for possível? E se o crente julgar imperioso

ser agora rebatizado? **Que seja, pois, (re)batizado no seio de congregações que não teriam problemas de consciência em efetuar tal ato ou, caso haja alguma comunidade luterana teologicamente preparada para tal, que assim também proceda**⁶⁶. Ao luteranismo não cabe irreconhecer ou desvalidar esse segundo batismo porque há uma só fé e um só batismo (Ef 4.5). Entenda-se bem que a unidade aqui não se refere ao elemento externo, nem da fé, nem do batismo. Rigorosamente falando, não existe possibilidade de fé una no sentido numérico. Há e sempre haverá tantas *fé*s (neologismo meu) e esperanças quantos crentes houver⁶⁷. Logo, a fé una não significa que exista uma fé única, mas que as diferentes *fé*s funcionam na direção da unidade.

⁶⁵ Por exemplo, o absurdo de aceitar que alguém seja membro da Igreja Luterana por meio do casamento é uma patetada teológica indescritível, verdadeiro exemplo máximo de verborrêia teológica inconseqüente. Seria bom que a sujeira feita fosse logo limpa, antes que o mau cheiro se espalhe.

⁶⁶ Duvido que haja uma comunidade preparada para tanto. As conseqüências nas vidas de fé dos outros membros são praticamente imprevisíveis. Além disso, o tempo de discussão vai ser tão grande que é melhor desistir. Para aqueles que estiverem furiosos com tal recomendação de procedimento somente posso pedir que não abandonem o diálogo. O diabo (espero que ninguém se incomode de eu utilizar esta terminologia) é vitorioso, não quando a Igreja toma a decisão de novamente batizar, mas quando os irmãos deixam o diálogo e se dividem por isso. **A ausência de diálogo é sinal de que a carne é fraca e sucumbe às ilusões da idolatria do deus que se chama ortodoxia.** A verdade da fé só pode ser discernida espiritualmente. O que não pode nunca é colocar em primeiro lugar as tradições, a fé, a ortodoxia ou qualquer outro empecilho, em detrimento daquele que vem até a Igreja para ser batizado. “Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados e Eu vos aliviarei” (Mt 11.28). Esta é a palavra de Cristo à qual precisa ser submissa a Igreja que é o seu Corpo. Precisa ser tratado, e o rebatismo (último caso) não é o pior que pode acontecer.

⁶⁷ O texto da Epístola aos Efésios menciona um só Senhor. Mesmo no caso desse Senhor, apesar de podermos falar em único Senhor, tal linguajar não significa (impossibilidade prática) que somente um Senhor exista para a realidade de crentes. Ter um só Senhor é fruto da exortação e não da realidade concreta. O mesmo nome (Jesus) indica inúmeros senhores, mesmo dentro de uma mesma comunidade. Entretanto, o fato de reconhecermos um só Senhor e estarmos dispostos a ceder preferências pessoais em favor do senhorio de Cristo é que permite falarmos em unidade de senhorio. O próprio Jesus já alertou para o fato de que o senhorio não é questão de clamar o mesmo nome (Mt 7.21-23 e paralelos). O Senhor, talvez, possa ser único, porém seus servos não têm um único jeito de se referir ou conhecer esse Senhor, de modo que o retrato que dele fazem é sempre imperfeito. Observe-se, pois, que a existência de diversos retratos diferentes do mesmo Senhor já implica a inexistência de um único Senhor fora da exortação de composição à unidade dos muitos retratos imperfeitos.

De igual modo funciona o batismo; não é a unicidade do ato que garante a unidade do batismo. Qualquer batismo tem valor se for feito conforme a ordem de Jesus Cristo. Na verdade, qualquer batismo tem

o mesmo valor porque há um só batismo (mesmo que ritualmente possam ter sido realizados dois atos). Não é o ato litúrgico externo que faz o único batismo professado pela fê cristã⁶⁸.

Retorno à exegese

Chegando até aqui, permanece uma fundamental macroquestão teológica ainda em aberto. Afinal de contas, o que é o batismo? O batismo é, de fato, meio de graça? É ação de Deus ou representação de algo que já ocorreu no passado na vida do cristão? Tem realmente fundamento escriturístico falar em graça preveniente? O batismo é dispensável? É algo mais do que uma ordenança? O que ele realiza de efetivo na vida do crente? A resposta a esta macroquestão não é simples. O que considero de maior importância realizar na busca de respos-

tas, é retornar aos textos bíblicos e requerer que os mesmos falem e tratem de fornecer as respostas⁶⁹.

Há diversos textos no Novo Testamento que falam sobre o batismo. Vamos nos restringir ao texto de Romanos porque esta carta trata de resumir, de modo mais ou menos sistemático, o pensamento teológico de São Paulo⁷⁰. De fato, a Carta aos Romanos funciona como um cartão de visitas; tem a grande vantagem de ser uma carta estruturada sem grandes rupturas⁷¹.

⁶⁸ Evidentemente, o problema de um novo batismo não é de caráter teológico, mas, sim, psicológico e como tal deve ser encarado. Esse mesmo problema poderia ficar agravado se alguém solicitasse o batismo repetidas vezes em diversas congregações cristãs. Contudo, volto a frisar, o problema não é teológico, é psicológico, afeta o indivíduo que necessita de tratamento. Então, a solução nesses casos passa muito longe de (mais) um novo batismo.

⁶⁹ Os fundamentos teológicos de luteranos e anabatistas estão em concordância com esse retorno à exegese como forma de encontrar as respostas às questões formuladas (pelo menos na teoria).

⁷⁰ Essa restrição é proposital. Não acredito que outros textos neotestamentários tenham outra posição, essencialmente distinta, sobre o batismo. Lucas, por exemplo, introduz o Espírito Santo como um “ingrediente” novo em relação ao batismo de João Batista (At 1.5). A Carta aos Hebreus, apesar de estar dirigida a leitores judeus, nada fala sobre o batismo. A nova aliança é a fê em Cristo. A carta dêutero-paulina de Tito (3.5) menciona o lavar mediante o poder regenerador do Espírito Santo (caso o texto se refira ao batismo – o que não creio, apesar de Lutero achar que sim – marca acentuada diferença em relação aos textos paulinos). Os textos que mais destoam, pela estruturação e apresentação dos temas, talvez possam ser encontrados no Evangelho de João. Entretanto, para ampliar a discussão em torno do Evangelho de João é preciso admitir uma série de conjecturas (por exemplo, “água viva” mencionada em Jo 4.10 tem algo a ver com o batismo?) que não ajudam a resolver o problema posto neste artigo.

⁷¹ Ao contrário de outras em que se podem detectar mais claramente as paixões de Paulo diante deste ou aquele tema (Gálatas, por exemplo).

Na Epístola aos Romanos, o tema do batismo é tratado no capítulo 6 e é invocado como resposta ao problema do pecado (“Que diremos então? Que devemos permanecer no pecado a fim de que a graça atinja sua plenitude?”, Rm 6.1). A resposta completa à pergunta é que *não devemos permanecer no pecado*⁷². Para Paulo, a solução para o pro-

blema do pecado é a condenação do pecado na cruz de Cristo⁷³. Essa condenação também atinge os crentes porque os batizados foram batizados “na morte de Cristo” (Rm 6.4). Quer dizer, o batismo liga o crente à morte de Cristo, em específico, à cruz (e crucifixão) de Jesus porque o velho homem⁷⁴ foi crucificado com Cristo⁷⁵ (Rm 6.5) e a ressurreição de

⁷² Há outro detalhe muito interessante a ser analisado, mas que não cabe inteiramente no contexto deste artigo (mesmo porque o assunto demandaria mais tempo para análise e os resultados não afetam o teor do presente artigo). Para Paulo, o problema do pecado está solucionado pela cruz de Cristo. A raiz do pecado de Adão morre na cruz. A Epístola aos Romanos fecha a questão do pecado no capítulo 6. Contudo, Lutero e a teologia luterana (a maior parte das igrejas também) têm insistido na continuidade do pecado na vida do cristão. O pecado deve ser morto diariamente e tal situação perdura durante toda a vida. De um modo ou outro, as igrejas continuam aceitando a doutrina de que o cristão vive numa situação de *simul justus et peccator*. Para Paulo, o pecado está liquidado na cruz de Cristo (ao menos o pecado que entrou no mundo por um só homem mencionado no capítulo 5). Diante da pergunta: “Por que fazemos o que não queremos?” (Rm 7.21), Paulo não revivifica o pecado, mas fala da carne. É o desejo da carne (e não o pecado) o inimigo de Deus (Rm 8.7). É a carne (com seus desejos) que deve ser posta para morrer. Para o pecado, está posta a cruz de Cristo. O pecado é visto como problema do passado, fora dos limites da fé cristã (Rm 6.14; 6.20). Para a carne, de outro lado, está posto o andar no Espírito (Rm 8.1-13). A carne é, seguramente, tradução do conceito hebraico *basar*, que identifica o homem enfraquecido, doente (cf. Hans Walter WOLFF, *Antropologia do Antigo Testamento*, São Paulo, Loyola, 1975, p. 43-50). Cf., também, Karl BARTH, *The Epistle to the Romans*, Oxford, 1933, p. 287-298; Rudolf BULTMANN, *Theology of the New Testament*, New York, 1951, p. 192-203. Entrtaento, como já mencionei antes, não estou discutindo aqui o problema do pecado, que fica para outra ocasião.

⁷³ “A resposta a estas questões é dada por nossa crucifixão com Cristo”, diz acertadamente Karl BARTH, *The Epistle to the Romans*, p. 198. O batismo não é, no contexto de Romanos, uma limpeza ou lavagem. O batismo é apresentado e pensado no contexto de morte; não se trata de limpar o pecado, mas de matá-lo; não se quer purificar o pecado (termo usado por Gottfried BRAKEMEIER, op. cit., p. 52), mas eliminar o mal pela raiz. Maior acerto terminológico em Donald GUTHRIE, *New Testament Theology*, London : Inter-Varsity, 1981, p. 755-757. Cf., ainda, Watchman NEE, *A vida cristã normal*, São Paulo : Fiel, 1979, 195 p., especialmente, p. 22-98.

⁷⁴ De onde se extrai que, de fato, não tem muito sentido raciocinar em termos de graça preveniente, porque, se ela existir, ainda assim é preciso trabalhar com os conceitos de velho (em Adão) e novo homem (em Cristo). F. F. BRUCE, *Romanos* : introdução e comentário, São Paulo : Vida Nova, 1963, p. 110-116.

⁷⁵ É preciso prestar muita atenção ao versículo de Rm 6.6. Paulo diz que o cristão foi crucificado com Cristo. Esta cruz não é outra senão a própria cruz de Cristo. É nela e somente nela que se realiza a condenação de todo pecado. Assim, o batismo processa sinalagmaticamente uma transferência de modo que quem recebe o batismo, recebe a morte que foi aplicada a Cristo. A crucifixão de Cristo é também a crucifixão dos batizados. Evidentemente, este é um linguajar simbólico, como também salientou Karl BARTH, op. cit., p. 191ss. Contudo, essa simbologia do batismo esbarra na pergunta pela eficácia do ato, mesmo porque o texto de Romanos coloca os verbos no passivo em concordância com o rito do batismo (ninguém se batiza a si mesmo, é batizado por intermédio de outro), quer

Cristo é base tipológica da nova vida (o cristão anda ressurreto dentre os mortos tal qual Cristo). Logo, o batismo, recebido na fé, concretiza essa união simbólica da morte na cruz e morte por afogamento. Duas mortes são sobrepostas para que a ressurreição de Cristo também se sobreponha à vida do crente. Evidentemente, a linguagem é simbólica; nem por

isso é opcional. Sem os símbolos não há comunicação, e Deus se utiliza desses símbolos para se comunicar conosco, carne enferma, a sua graça. Eu vejo, percebo e a fé me ensina, por meio das águas batismais, o grande amor de Deus; o batismo, então, é meio, instrumento da graça e como tal deve ser recebido.

Avaliação da práxis

Precisamos chegar ao fim de nossa exposição. Resta ainda a tarefa de reunir os diversos pedaços no sentido de avaliar criticamente a práxis batismal de luteranos e anabatistas. O que realmente mais me incomoda é que nem luteranos nem anabatistas vão mudar a sua práxis por causa deste artigo. Vamos, pois, chegando ao fim de mais um artigo inútil. Parece que os discursos não têm o poder suficiente para alterar práticas institucionais. Espero que eu esteja errado. Aliás, o artigo em si não importa. Importa, sim, o fato de que a igreja não conseguiu encontrar um caminho de entendimento e, no meu ponto de vista,

a fraternidade real é mais importante do que fazer da suposta correta doutrina um cavalo de batalha. Vamos, portanto, reunir os resultados.

1 – A correta forma do batismo é definida pela invocação do Deus trino sob o contexto da profissão de fé.

2 – O batismo é o mergulho na água e simboliza o morrer de Cristo. Por isso mesmo, a prática ritual correta é imergir o batizando na água⁷⁶.

3 – O batismo, por meio da fé, produz, através das águas, uma união de caráter místico e/ou simbólico com a própria morte de Jesus. O batismo vin-

dizer, de qualquer maneira, a ação simbólica que se menciona no batismo não é ativa; não é o crente que faz o batismo, não é o crente que faz a crucifixão com Cristo. A morte simbólica do crente de modo coligado à cruz de Cristo (*synstauroste*) é obra de Deus, passivo humano, ativo divino. Franz J. LEENHARDT, *Epistola aos Romanos* : comentário exegético, São Paulo : ASTE, 1969, p. 155-178. É exatamente essa realidade da fé que faz com que a teologia luterana, embebida na história e tradição da Igreja Católica, veja no batismo algo muito maior do que o cumprimento de uma ordenança de Cristo. O batismo é uma necessidade da fé. No horizonte da fé não basta declarar “eu creio”. É preciso declarar: “eu creio, mas, Senhor, ajuda-me a crer; minha fé é pequena”. Neste contexto, remeto novamente o leitor ao artigo de Egbert OSSEWAARDE, op. cit..

⁷⁶ E se não houver água (situação desértica e emergencial extrema)? Que se batize na areia ou até mesmo no vento. O que não pode é deixar de batizar. Por isso, deve-se sempre agradecer a Deus se houver suficiente água para o batismo.

cula, teologicamente falando, uma morte por crucifixão a outra por afogamento.

4 – É preferível batizar adultos porque os elementos externos do ato estão próximos de modo a tornar o rito *preenho* de significado⁷⁷. O batismo de crianças esvazia o rito pela falta da profissão de fé. Luteranos que queiram insistir no batismo de crianças têm de reavaliar total e integralmente o espaço que a liturgia concede para a profissão pessoal da fé em Cristo.

5 – O rebatismo é antes um problema psicológico do que teológico. Rebatizar de nada adianta, mas, caso seja, em último caso, tal ato realizado, isso em nada afeta a unicidade do batismo e da única fé em Cristo (no fundo, mais importa a pessoa necessitada do que a doutrina supostamente correta).

6 – Luteranos acertam em reconhecer que o batismo (e não só o batismo) carrega, é meio da graça de Deus, conforme o ensino de São Paulo. Anabatistas

certam em reconhecer que o batismo não pode ser separado da (profissão de) fé. Luteranos e anabatistas erram quando são impacientes e sem verdadeiro amor para aceitar pontos de vista diferentes. Erram ambos quando não podem manter a unidade da Igreja, tornando-a mais dividida do que já é quando estão em jogo apenas aspectos exteriores da fé, como é o caso sob análise.

7 – Luteranos devem tomar a firme decisão de batizarem (exclusivamente) adultos⁷⁸. Anabatistas devem tomar a firme decisão de batizar as crianças. A Igreja de Cristo somente teria a ganhar com isso. Mas mais importante do que isso se torna reconhecer, mutuamente, a validade ritual do batismo ministrado em nome do Deus trino e o reconhecimento de que a validade ritual do batismo não é o fim buscado pelo ato do batismo em si. O que realmente importa é a verdadeira, sincera e imaculada fé em Cristo, da qual o batismo faz parte como arauto permanente⁷⁹.

⁷⁷ Escorreito Walter ALTMANN, *Lutero e libertação*, p. 157, nota 42, e p. 150.

⁷⁸ Disse “exclusivamente” porque é difícil romper o vício do batismo infantil. Contudo, “exclusivamente” deve ser deixado entre parênteses. Gottfried BRAKEMEIER, op. cit., p. 59, acha que “é erro pressupor, porém, que a situação pode ser mudada por uma nova lei eclesiástica que introduziria o batismo de adultos em lugar do batismo de crianças.” Como é que ele sabe disso? Eu prefiro pensar que os resultados de qualquer mudança só podem ser avaliados seguramente **depois** que as mudanças forem implementadas. Acredito que a adoção do batismo de adultos vai representar um grande avanço para a teologia luterana. O que realmente me assusta neste caso é que não há possibilidade de se modificar a tradição pela edição de novas leis eclesiásticas. É preciso deixar que o bom fermento tome conta das diversas comunidades e que cada uma adote a prática que mais lhe for coerente. Para mim, é um desastre fazer parte do quadro de uma Igreja que toma por regra geral, para todas as comunidades da “rede”, o batismo de crianças. Talvez Deus tenha piedade dos luteranos e levante alguma Comunidade Luterana que tenha a coragem de batizar, como regra, os adultos. Às vezes, não é lei o que falta. Faltam gana, conhecimento das Escrituras e coragem de mudar o que deve ser mudado.

⁷⁹ Veja que beleza o que diz Friedrich SCHLEIERMACHER, op. cit. (em 1828!), p. 638, sobre isso: “(...) publicamente tomamos conhecido, no que diz respeito a este ponto, que nós cancelamos a sentença de excomunhão lançada sobre os anabatistas e, de nosso lado, estamos preparados para entrar na fraternidade eclesiástica com os batistas de hoje se eles tão-somente deixarem de declarar

8 – Enquanto não houver comunidades luteranas que batizem adultos, é preciso ensinar e pregar sobre esse assunto, pois (mesmo sem esse ensino sistemático) provavelmente haverá mais crianças não-batizadas no seio da comunidade luterana. Essas crianças não-batizadas (e não-confirmadas) precisam ser absorvidas e englobadas pela comunidade

de de fé⁸⁰. É preciso reservar, urgentemente, “espaço teológico” também para elas.

Marcos Kruse
Rua Vereador Arlindo de Souza, 105
Jardim Monte Carlo
87080-380 Maringá – PR

nosso batismo infantil absolutamente inválido, mesmo quando este é complementado pela confirmação. Neste ponto, é possível chegar facilmente a um entendimento.”

⁸⁰ Não falo isso a partir da teoria, mas a partir da experiência prática. Certo pastor, amigo meu, tomou a correta decisão de não batizar suas filhas. O problema é que, quando chegam à idade adulta, não encontram eco na pregação e culto luterano, de modo que não se sentem convidadas a se integrar a essa comunidade de fé. O problema, então, não está no pedobatismo; está na vida das comunidades luteranas. Pessoalmente também tomei a decisão de não levar à pia batismal meus filhos. Faço tudo o que está ao meu alcance para que meus filhos cheguem à verdadeira fé em Cristo. Disso segue que a comunidade luterana tem de fazer o mesmo esforço para que a palavra de Deus se torne viva em seu meio. Batizar primeiro, esquecer o risco do Espírito Santo e deixar o barco correr é mais fácil e cômodo. Depois, é só ficar espantado com aqueles que deixam a Igreja Luterana e, meneando a cabeça, dizer: “Mas fulano de tal foi batizado, como é que ele pode fazer isso?”